

Intervenção na cerimónia de entrega do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2009 “Angola: os Brancos e a Independência” Fernando Tavares Pimenta



É para nós uma honra receber o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, que constitui um importante estímulo para os jovens investigadores da nossa História. Queremos, por isso, agradecer à Universidade do Minho, nomeadamente ao Conselho Cultural e à Comissão Executiva do Prémio, e, simultaneamente, prestar a nossa homenagem à memória do Professor Victor de Sá, um dos mais insignes historiadores portugueses do século XX.

Falando no específico do livro premiado, *Angola. Os Brancos e a Independência*, importa antes de mais referir que ele constitui uma adaptação da nossa tese de doutoramento em História e Civilização apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença em 2007. No cômputo geral, a obra aborda a problemática das identidades e dos comportamentos políticos dos colonos portugueses em Angola desde 1910 até 1975. Mais concretamente, o livro analisa uma forma

específica de nacionalismo elaborado pela população branca de Angola durante o domínio colonial português, o nacionalismo euro-africano. O nacionalismo euro-africano foi um protesto político que exigiu a independência de Angola, definida no âmbito das suas fronteiras coloniais, e que considerou a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, pelo que atribuiu aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado-Nação. Tratou-se de um fenómeno multifacetado, cujas causas e características foram o produto da intersecção de vários factores. Vejamos quais.

Por um lado, o nacionalismo euro-africano foi o produto directo do colonialismo demográfico português em Angola, na medida em que muitos dos colonos portugueses, que se estabeleceram nesse território, se consideravam os obreiros duma nova nacionalidade de matriz europeia em África. Uma concepção que estava em sintonia com as ideias que enformaram o povoamento branco de vastas regiões da África Austral na primeira metade do século XX, nomeadamente na África do Sul e na Rodésia do Sul. Como tal, os colonos brancos exprimiram, desde os tempos da 1.ª República, um protesto político tendente à autonomia de Angola. Uma reivindicação que nunca foi bem entendida, nem muito menos aceite por grande parte do espectro político português e que originou algumas tensões entre os colonos e o governo de Lisboa. Por outro lado, a política centralista, autoritária e repressiva da ditadura militar e, depois, do Estado Novo de Salazar acabou por apressar – antes que evitar – a emergência do nacionalismo euro-africano, no sentido em que provocou uma radicalização – em termos nacionalistas – do protesto autonomista da população branca de Angola. Factos salientes desse nacionalismo foram a rebelião dos colonos em Luanda, em Março de 1930, as conspirações separatistas de colonos durante a 2.ª Guerra Mundial e a formação de vários movimentos políticos clandestinos de carácter nacionalista, como por exemplo a Organização Socialista de Angola (OSA) e a Frente de Unidade Angolana (FUA).

Neste sentido, o nosso é um estudo sobre a elaboração de identidades políticas nacionalistas por parte daquele sector da população angolana racialmente definido como branco, mas cujo nacionalismo não correspondeu necessariamente a um nacionalismo de base racial. Tentámos assim explicar o processo político de transformação dos colonizadores europeus em nacionalistas africanos, ou melhor em nacionalistas euro-africanos. Várias foram as questões que colocámos ao longo do trabalho.

Em termos internacionais, a questão que colocámos foi a de que forma o estudo da minoria branca angolana – e no concreto do nacionalismo euro-africano – pode contribuir para uma melhor compreensão da história e das identidades políticas das comunidades brancas em África. A este respeito, demonstrámos que a colonização branca no continente africano era considerada uma continuação do povoamento europeu nas Américas e na Austrália. Portanto, tal como tinha acontecido nestes dois continentes, entendia-se que as colónias de povoamento europeu em África dariam origem a Estados autónomos ou mesmo independentes sob a hegemonia dos colonos e seus descendentes. No caso de Angola, verificámos que os colonos esperavam construir uma espécie de segundo Brasil, senão mesmo uma “Nova Lusitânia”. E foi com base neste ideal que os colonos elaboraram as suas identidades políticas e legitimaram os seus protestos políticos tendentes à aquisição duma autonomia política da metrópole, quando não do *self-government* (governo próprio ou auto-governo) e até da independência.

Mas falando no específico do colonialismo português, abordámos, por exemplo, o problema do relacionamento político entre o governo português e os colonos brancos, designadamente quanto ao controlo da administração colonial em Angola. Para o efeito, analisámos as relações políticas que se estabeleciam entre os quatro principais elementos da situação colonial: a) o Estado central metropolitano, que exercia a soberania política sobre a colónia; b) o Estado colonial¹, que era responsável pela manutenção da ordem e da autoridade; c) a população colonizada, em particular as suas elites europeizadas, que pretendia a supressão das estruturas do colonialismo; d) a comunidade dos colonos brancos, que almejava o controlo da economia, da sociedade e da administração coloniais. A este respeito, demonstrámos que as relações políticas entre o Estado central e os colonos brancos foram marcadas por um aceso conflito pelo controlo do Estado colonial em Angola. Após 1930, os colonos procuraram contrastar as tendências centralistas e autoritárias da ditadura salazarista, mas o êxito do protesto político dos brancos foi muito limitado. De facto, as dinâmicas políticas protagonizadas pelos colonos brancos acabaram quase sempre por refluir para um estado político latente e o poder permaneceu solidamente nas mãos do governo de Lisboa, o qual favoreceu o capital metropolitano e internacional em detrimento dos interesses dos colonos. Isto porque a política colonial de Salazar teve sempre como objectivo impedir a autonomização política de Angola, quer pela mão dos colonos, quer pela mão

das populações colonizadas. Salazar pretendia assim evitar em Angola uma evolução análoga à do Brasil.

Noutro âmbito, procurámos esclarecer as relações políticas entre nacionalistas euro-africanos e as guerrilhas africanas que conduziram a guerra de independência de Angola após 1961. Em primeiro lugar refutámos a ideia que as três guerrilhas africanas (FNLA, MPLA e UNITA) eram os únicos receptáculos políticos do nacionalismo angolano, demonstrando a existência política de outros movimentos, nomeadamente da Frente de Unidade Angolana (FUA). Fundada em 1961, a FUA foi o mais importante movimento nacionalista euro-africano. Perseguida pelo poder colonial, muitos dos seus membros foram presos e deportados pela PIDE. O movimento sobreviveu até 1975, tendo desaparecido já depois da assinatura do acordo de independência de Angola, porque foi posto fora da legalidade política estabelecida no Alvor. Procurámos também perceber porque motivo não foi possível estabelecer uma plataforma nacionalista unificada ou, pelo menos, um entendimento político entre nacionalistas africanos e euro-africanos em função anticolonial. A verdade, neste caso, foi que as guerrilhas africanas procuraram afastar os brancos da luta pela independência e, por esta via, excluí-los da construção do Estado-Nação em Angola. Por isso, não lhes reconheceram o direito à nacionalidade angolana pelo menos até 1975. A raça desempenhou aqui um papel muito significativo na delimitação da categoria política de branco e na alienação da sua legitimidade nacionalista. Para muitos nacionalistas africanos, o branco, só porque era branco, não era um autêntico angolano, logo não tinha legitimidade política para lutar pela independência e até para aceder à nacionalidade angolana.

Por outro lado, Portugal, através do acordo de independência (o Acordo de Alvor, de 15 de Janeiro de 1975), considerou que a FNLA, o MPLA e a UNITA eram os únicos representantes legítimos do povo angolano e, por conseguinte, os únicos movimentos autenticamente nacionalistas. Todos os outros movimentos políticos foram considerados partidos “fantoques”, “reaccionários” e sem legitimidade política para continuar a existir. Portugal decidiu assim transferir o poder exclusivamente para as mãos das guerrilhas africanas, excluindo os brancos do processo de transição para a independência. Assim, reflectindo a concepção política autoritária da ditadura, pelo menos no âmbito da governação colonial, o novo poder revolucionário português impediu a participação dos representantes da população branca no processo de independência de Angola. Isto significa que o centralismo político da ditadura gerou uma descolonização ditada exclusivamente por um entendimento entre o novo poder revolucionário

na metrópole e as guerrilhas nacionalistas na colónia, não deixando espaço político nem para o elemento branco, nem para as demais componentes da sociedade civil angolana. O resultado dessa exclusão foi o êxodo maciço dos brancos para o exterior, o qual foi, no imediato, impulsionado pela eclosão da guerra civil entre as três guerrilhas em Março de 1975.

Relativamente às fontes, julgamos oportuno sublinhar o carácter inédito de alguma documentação consultada para a elaboração do livro. Desde logo, analisámos um conjunto inédito de processos políticos do Arquivo PIDE/DGS, cuja disponibilização para efeitos de investigação solicitámos em primeiro mão à Torre do Tombo. No Arquivo Histórico Ultramarino trabalhamos com documentos do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos. No *Public Record Office*, em Londres, fomos pioneiros na consulta de documentação diplomática sobre a descolonização de Angola relativa ao ano de 1974. Trata-se de material produzido pelo antigo Consulado Britânico em Luanda e pela Embaixada Britânica em Lisboa, que nos deram uma perspectiva diferente – possivelmente menos apaixonada do ponto de vista político e mais rigorosa em termos factuais – do processo de independência. No que diz respeito às fontes propriamente angolanas, conseguimos aceder aos espólios pessoais de alguns políticos angolanos, em especial o de Adolfo Maria, que contém documentação inédita sobre a FUA, os Movimentos Democráticos de Angola e o MPLA. Consultámos também a imprensa angolana do período colonial, em especial os jornais *A Província de Angola* e *Jornal de Benguela*, que revelaram um enorme manancial de informação sobre o protesto político dos colonos. Por fim, realizámos uma série de entrevistas a colonos e a nacionalistas angolanos, os quais constituem autênticos “arquivos vivos” da história de Angola.

Por último, julgamos necessário salientar a elevada politização do tema que tratámos neste livro: o das identidades políticas e do nacionalismo dos colonos brancos em África. Para essa politização contribuiu o carácter traumático da descolonização de Angola e de Moçambique e o êxodo maciço das respectivas populações brancas, bem como as controvérsias políticas em torno da secessão rodesiana e do regime do *apartheid* na África do Sul. Assim, a historiografia tem tratado os colonos brancos ou como um grupo politicamente amorfo – uma espécie de espectadores (passivos) dos fenómenos colonial e nacionalista – como no caso das colónias portuguesas; ou como um grupo colonialista e reaccionário, que procurou evitar por todos os meios as independências das respectivas colónias, nomeadamente na Argélia e na Rodésia. Esta perspec-

tiva simultaneamente negligente e maniqueísta tem dificultado uma reflexão mais aprofundada sobre a história política das comunidades de extracção europeia em África. Procurámos com o nosso estudo ultrapassar esse maniqueísmo e esperamos sinceramente ter contribuído para a construção de um conhecimento mais estruturado do colonialismo português e do nacionalismo angolano. De qualquer das formas, duma coisa estamos certos: trabalhámos com honestidade intelectual, seriedade académica e rigor científico. Por isso temos a consciência tranquila.

Nota

¹ Por Estado central entende-se o conjunto de órgãos de poder com sede na metrópole, que governa directamente o território metropolitano e superintende à governação da totalidade do Império colonial. Por Estado colonial entende-se o conjunto de órgãos políticos e administrativos com sede numa dada colónia e que administra o território dessa mesma colónia em nome da potência colonizadora. Muito embora esteja politicamente dependente do Estado central, o Estado colonial possui uma dinâmica própria semi-autónoma, a qual por vezes se exprime por meio de divergências e de tensões com o poder metropolitano.

